

A DIMENSÃO EXTERNA (INTERNACIONAL) DO CONCEITO DE ADMINISTRAÇÃO POLÍTICA: PRIMEIRAS NOTAS A PARTIR DO CASO BRASILEIRO (1930-1989)

LEONARDO GRANATO*

Resumo

O objetivo do presente trabalho é propor uma leitura da dimensão externa ou internacional do conceito de administração política, a partir do caso brasileiro, visando a contribuir com a reflexão sobre o papel do Estado no desenvolvimento na América Latina em geral. Parte-se da premissa de que as especificidades da dimensão internacional do modelo de gestão das relações sociais no processo de execução do projeto de nação no Brasil (a administração política), no período 1930-1989, se vinculam com a ideia de uma ação estatal externa orientada ao desenvolvimento do país, bem como autônoma o suficiente no referente à margem de manobra na arena internacional. Dessa forma, apresenta-se uma reflexão teórica dos conceitos de desenvolvimento e autonomia, enquanto vetores da ação estatal externa, no contexto da administração política brasileira do período estudado.

Palavras-chave: Administração Política; Administração Política Internacional; Desenvolvimento; Autonomia.

Resumo

This study presents a reading of the external or international dimensions of the concept of political administration in Brazil, in order to contribute to the reflection on the role of the state in the Latin American development. It departs from the premise that the specificities of the international dimension of the management model of social relations in Brazil (political administration) in the 1930-1989 period are linked with the idea of a foreign state action which is oriented to the development of the country, and is autonomous enough concerning the international arena. We discuss the concepts of development and autonomy, aimed at the foreign state action, in the context of the Brazilian political administration in this period.

Keywords: Political Administration; International Political Administration; Development; Autonomy.

1. Introdução

A LEITURA DOS TRABALHOS do professor Reginaldo Santos e a riqueza do conceito de administração política por ele idealizado (Santos & Ribeiro, 1993; Santos, 2001; Santos, 2009) nos levou a pensar possibilidades

* Professor do Departamento de Ciências Administrativas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, pesquisador do Núcleo de Estudos Políticos e Administrativos (Nepa). E-mail: <leonardo.granato@ufrgs.br>.

de interlocução com enfoques e leituras por nós realizadas no âmbito da economia política internacional. Considerada um campo interdisciplinar das ciências sociais, com destaque para as contribuições mais próximas da economia política, da ciência política e da administração, a administração política mostrou-se, perante nós, como a possibilidade de ampliar nossa reflexão sobre o papel do Estado no desenvolvimento na América Latina.

Partindo-se dessa premissa, a proposta deste trabalho é de dar continuidade à reflexão sobre o período 1930-1970 realizada por Ribeiro (2009), com relação ao caso brasileiro, de modo que incorpore elementos que nos permitam transitar até uma, por nós chamada, dimensão “externa” ou “internacional” do conceito de administração política. Em essência, nos perguntamos qual a contribuição das clássicas tradições do pensamento latino-americano em matéria de desenvolvimento e autonomia para a construção e compreensão da dimensão externa da administração política brasileira. Com base em uma pesquisa bibliográfica, nosso argumento é de que, no período referido, o modelo de gestão das relações sociais no Brasil (ou seja, a administração política) apresenta um conjunto de especificidades no que diz respeito à dimensão da ação externa do Estado, que neste trabalho é identificada sob a dimensão externa do conceito de administração política. Tais especificidades vinculam-se com a ideia de uma ação externa orientada ao desenvolvimento socioeconômico do país, bem como autônoma o suficiente no que concerne à margem de manobra para projetar e executar seu próprio plano de desenvolvimento.

No que diz respeito à descrição do trabalho, em primeiro lugar abordaremos o conceito de administração política a partir dos estudos da área, e, em segundo lugar, faremos referência à aplicação do referido conceito ao caso brasileiro no período 1930-1989. Em um terceiro momento, apresentaremos uma leitura da dimensão externa do conceito de administração política, também analisando o caso brasileiro, e, na quinta e quarta seções, efetuiremos uma abordagem teórica das principais vertentes da economia política e da ciência política que nos podem auxiliar na interpretação dos princípios de desenvolvimento e autonomia na ação externa da administração política brasileira do período, enquanto objetivos fundamentais do projeto de nação.

O conceito de Administração Política

O conceito de administração política emerge a partir de uma discussão epistemológica dada em Santos (2001), Santos (2009) e Santos, Ribeiro & Santos (2009), cujo ponto de partida está na justificativa de o objeto da ciência da administração ser a gestão e não a organização (*locus* privilegiado do referido objeto). Segundo o referido autor, embora a organização se constitua em objeto de pesquisa por excelência no campo da administração, tal elemento não se constitui em objeto demarcador dessa disciplina científica, em razão do fato de que as organizações/instituições, como expressões das relações sociais, constituem objetos de estudo de diferentes campos de conhecimento.

Tal como expressa Santos (2009, p. 41), “embora as organizações/instituições constituam o gênero que contém elementos essenciais do objeto da disciplina administração, porém elas são espaços particulares nos quais apenas habita o objeto. A essência perpassa o espectro das relações sociais internas das organizações e se estabelece nos limites das relações sociais mais amplas, portanto, no âmbito da sociedade”. Segundo o autor, essa diferenciação é fundamental, pois permite entender por que as organizações não são objeto da administração. Se falarmos de estresse no trabalho, trata-se de um problema no âmbito das organizações, porém, seu equacionamento se faz pela medicina ou a psicologia; se falarmos de relações sociais nas organizações, o campo de conhecimento mais apropriado para o entendimento é a sociologia, e assim por diante. Dessa forma, conclui o autor, o que cabe à administração é “estruturar formas de gestão viabilizadoras do objetivo da organização. Por essa razão, a gestão é apenas um dos conteúdos que dão institucionalidade e essência às organizações” (Santos, 2009, p. 42).

Segundo Santos (2009), as relações sociais devem convergir em direção à finalidade do bem-estar pleno da humanidade, bem-estar esse que, do ponto de vista material, seria objeto de preocupação da economia política e da, por ele chamada, “administração política”. Enquanto no plano mais teórico, a economia política responde pelo “que” e “por que” fazer, ou seja, pelas possibilidades da produção, da circulação e da distribuição de bens materiais, a administração política tende a responder pelo “como” fazer, ou seja, pela concepção da gestão para se chegar à

finalidade. Dessa forma, segundo o autor, “se a administração política é a expressão das relações do Estado com a sociedade na concepção do projeto de nação, então as formas de gestão (bases institucionais e organizacionais) para a implementação desse projeto de nação constituem o objeto da administração, portanto a sua macrofundamentação” (Santos, 2009, p. 50).

Aplicação do conceito de administração política ao caso brasileiro (1930-1989)

Conforme exposto na introdução deste trabalho, propomos desenvolver uma leitura acerca da dimensão externa do conceito de administração política, a partir do caso brasileiro, retomando, assim, a reflexão sobre o período 1930-1970, realizada por Ribeiro (2009) na sua tese doutoral. Segundo a autora, nesse momento particular das relações entre o Estado e a economia/sociedade, as relações sociais de produção passaram “a exigir do setor público atuação mais direta e mais dinâmica no que respeita à concepção de um projeto de alcance nacional. O que implica dizer que, dentro deste âmbito mais geral, estariam incluídos tanto o modelo de gestão como o de execução, que o professor Reginaldo define como «materialidade das relações sociais»” (Ribeiro, 2009, p. 101).

A aplicação do referido conceito de administração política ao caso brasileiro requer entender a forma pela qual o Estado brasileiro se organizou para gestionar e executar o processo das relações sociais de produção no período sob estudo. Dessa forma, a partir dos anos 30, depois de uma longa permanência do modelo liberal-conservador na rudimentar administração do país, o Estado brasileiro, visando ao desenvolvimento, passou a incorporar à administração pública temas que antes estavam restritos aos mecanismos de mercado ou à iniciativa privada, e nesse sentido, à medida que as responsabilidades do Estado foram se ampliando, um novo modelo de administração política emergiu no país. Esse novo modelo vinculou-se com a *ratio* do Estado desenvolvimentista, que, segundo Cervo (2008, p. 46), se estendeu sobre governos e regimes políticos durante sessenta anos, entre 1930 e 1989.

Em linhas gerais, podemos afirmar que a década de 30 assinalou uma transformação de envergadura nas condições objetivas do país. A Grande Depressão determinou a deterioração dos preços dos produtos de exportação

e, assim, grande parte dos suprimentos de mercadorias provenientes do exterior teve de ser assegurada pelo setor interno da economia nacional. A economia nacional reagiu positivamente à crise externa por meio de um intenso processo de substituição de importações, que se tornou um fator decisivo na formação de um mercado interno, inexistente no Brasil até a década de 20.

No referido contexto, a organização da gestão e execução das relações sociais de produção apresentou um papel fundamental. Guerreiro Ramos ([1966] 1983, p. 345) salientou, nesse sentido, que “a partir de 1930, a administração pública é compelida a exercer funções que, ou eram residuais ou inexistiram em épocas anteriores. [. . .]. Mas o que permite realmente perceber a complexidade da administração pública, no período, são os múltiplos serviços, principalmente autarquias e sociedades de economia mista, que surgem como resultado de novos encargos impostos ao Estado pelo sistema produtivo nacional”.

Esse novo modelo de administração política, segundo Santos & Ribeiro (1993), teve como base a ampliação das funções governamentais (passando o Estado a atuar diretamente na organização da produção), a reestruturação da base organizacional do setor público (prefigurada pela modernização e ampliação do aparelho do Estado), e, também, a divisão institucional do trabalho dentro do setor público, que representa a forma pela qual o Estado passa a definir as prerrogativas das entidades e órgãos da máquina burocrática.¹

Dessa forma, o processo de aparelhamento do Estado brasileiro no período sob estudo, que tem dentre seus fatos essenciais a fundação, em 1938, do Departamento Administrativo do Serviço Público (Dasp),² a busca do planejamento e coordenação entre as atividades e esforços promocionais do

¹ Entre finais do século XIX e inícios do século XX consolidou-se o chamado modelo “racional-normativo” ou “burocrático”, que surgiu como resposta às falências que caracterizaram a organização estatal durante o período prévio ao surgimento do Estado-nação. Perante o patrimonialismo e a discricionariedade do modelo pré-burocrático, e das novas necessidades e demandas da emergente sociedade industrial e do desenvolvimento do capitalismo liberal, foi idealizado um modelo de gestão pública baseado na racionalização legal da organização e do funcionamento estatal, e na distinção e separação entre as atividades que obedecem a uma racionalidade “política” (função da liderança) e aquelas que devem ser executadas por um aparelho pessoal hierarquicamente organizado, que deve agir segundo critérios pessoais e métodos técnicos (função da burocracia profissional).

² Previsto na Carta Constitucional de 10 de novembro de 1937 e organizado pelo Decreto-Lei n.º 579, de 30 de julho de 1938, o Dasp representava o processo de institucionalização/burocratização da administração pública brasileira, enquanto instrumento de governo destinado à concretização dos objetivos do Estado. Criado para ser o “braço” administrativo do chamado Estado Novo, onde coexistiram as funções de departamento de administração (vinculadas a recursos humanos, materiais, orçamento) e de órgão de assessoramento da Presidência da República, o Dasp reforçava a consciência do papel fundamental que a administração pública tinha em relação às demandas da estrutura econômica e social do país.

Estado,³ e a reforma administrativa consubstanciada no Decreto-Lei n.º 200, de 1967,⁴ deve ser entendido no âmbito do *core* do conceito de desenvolvimentismo, definido por Fonseca (2015, pp. 20-1) pelas seguintes variáveis:

a) A existência de um *projeto deliberado* ou *estratégia* tendo como objeto a nação e seu futuro. Esta pode ser associada, com certa licenciosidade, a *projeto nacional*, desde que não se entenda por isso repulsa ao capital estrangeiro nem rompimento com a ordem internacional, mas simplesmente a nação como epicentro e destinatária do projeto.

b) A *intervenção consciente e determinada do Estado* com o propósito de viabilizar o projeto, o que supõe atores aptos e capazes para executá-lo no aparelho do Estado e com respaldo social e político de segmentos e classes no conjunto da sociedade.

c) A *industrialização*, como caminho para acelerar o crescimento econômico, a produtividade e a difusão do progresso técnico, também para o setor primário.

Em suma, aplicar o conceito de administração política ao caso brasileiro, no período sob estudo, nos permitiu entender a institucionalização do modelo de gestão como de execução das relações sociais produtivas no país, no quadro do ideal desenvolvimentista que prevaleceu entre 1930 e 1989. Porém, no que diz respeito aos princípios de administração pública, da mesma forma em que conviveram a burocratização e a corrente da desburocratização, duas correntes cindiram o pensamento político brasileiro quanto ao modelo de desenvolvimento a implementar pelos esforços sociais e do Estado. Tal questão será abordada na próxima seção.

A dimensão externa do conceito de administração política

Conforme já estudado na seção anterior, se o conceito de administração política aplicado ao caso brasileiro, no período de estudo, compreende

3 A formulação do Programa de Metas de 1956 representou o primeiro intento de submeter o desenvolvimento global do país à supervisão sistemática do Poder Público. Outras reformulações das diretrizes programáticas no âmbito federal foram tentadas no governo Jânio Quadros (1961) e no governo João Goulart (1961-64), mas não tiveram continuidade, seja pela renúncia do primeiro ou pela deposição do segundo. No governo Castelo Branco foram tomadas as primeiras providências rumo à reforma administrativa propiciada pelo Decreto-Lei n.º 200, de 1967.

4 Dentre as deficiências na administração pública federal, a serem atacadas pela reforma administrativa, apontaram-se as seguintes: centralização; execução direta; leis minuciosas e regulamentares; falta de planejamento institucionalizado; falta de continuidade administrativa; inadequada fiscalização dos dinheiros públicos; deterioração do sistema de mérito. Assim, dentre os princípios adotados pela reforma do Decreto-Lei n.º 200 estão: planejamento; coordenação; descentralização; delegação de competências; controle. A partir desses princípios, o enfoque básico da reforma foi a substituição da prioridade concentrada nos meios de execução pelas finalidades de governo.

a forma de gestão e execução das relações sociais produtivas sob o ideal do desenvolvimentismo, já a dimensão externa do conceito de administração política refere-se, em nosso entender, à parcela do modelo de gestão e execução do projeto nacional que trata de questões referentes à inserção internacional do país no sistema interestatal capitalista, e de como, e em que termos, a referida inserção pode contribuir para alcançar o almejado desenvolvimento interno.⁵

Em linhas gerais, podemos afirmar que no período 1930-1989 substituiu-se o vetor da abertura do mercado do período liberal-conservador anterior à década de 30 pelo vetor do desenvolvimento, e, nesse sentido, a busca do desenvolvimento interno do país tornou-se, por sua vez, vetor da dimensão externa da administração política brasileira, que se orientaria a apoiar os esforços do país em conseguir capital complementar à poupança nacional, ciência e tecnologia e mercados externos, para transitar da substituição de importações à substituição de exportações, no quadro do projeto nacional de desenvolvimento.

Quanto ao modelo de desenvolvimento a implementar, segundo Cervo (2008), de um lado posicionavam-se os defensores do desenvolvimento “para fora” da economia brasileira ou associado às forças do capitalismo internacional⁶ e, de outro, os defensores do desenvolvimento nacional autônomo.⁷ Essa divisão,⁸ conforme entende o referido autor, não deve ser

5 Neste trabalho, a dinâmica do sistema capitalista reflete a existência de distintos níveis relativos de desenvolvimento dos Estados, e, portanto, em relações assimétricas de poder, cuja explicação pode ser encontrada, pelo menos em grande parte, em uma divisão internacional do trabalho favorável aos países centrais. Nesse contexto, no qual as relações internacionais parecem estar confinadas a uma “pressão competitiva” dos Estados soberanos pelo poder (conquista e acumulação/defesa e preservação) e pela riqueza (distribuição) (Fiori, 2007), o dilema do desenvolvimento e de inserção no sistema internacional dos países atrasados mostra-se como o objeto fundamental da ação estatal externa (Guimarães, 2002).

6 Os associacionistas vislumbravam um desenvolvimento impellido de fora, particularmente pelas relações especiais com os Estados Unidos. De lá adviriam os fatores essenciais do desenvolvimento, tais como capital, tecnologia, etc. Para tanto, as condições internas requeridas seriam um sistema regulatório favorável à penetração desses fatores. Segundo Cervo (2008), a história revela que tal perspectiva foi abraçada pelos governos Dutra (1946-47) e Castelo Branco (1964-67).

7 Os independentes desejavam um desenvolvimento endógeno, menos dependente das forças externas. A solidariedade com a periferia do capitalismo fluía naturalmente dessa estratégia, e a vizinhança seria vista como área de convergência de interesses, bem como de fortalecimento das capacidades estatais de cada país. Conforme expressado por Cervo (2008), entre 1930 e 1989, os parâmetros da perspectiva da autonomia prevaleceu, embora temperada, na prática, pela influência dos associacionistas.

8 Em linhas gerais, podemos expressar que, no início do século XX, o capitalismo no Ocidente se expandiu e alcançou sua fase monopolista, caracterizada pela concentração industrial e pela constituição de monopólios empresariais em escala mundial, bem como pela expansão imperialista dos países hegemônicos. Tal expansão, no entanto, foi permeada por crises econômicas que prenunciavam a Grande Depressão de 1929. Como a teoria neoclássica, que repudiava qualquer tipo de intervenção estatal no mercado, sequer previa a grande crise, suas premissas não intervencionistas começaram a ser questionadas. Nesse contexto, John Maynard Keynes elaborou um conjunto de alternativas às políticas econômicas liberais vigentes, na base da ampliação da intervenção estatal e do gasto público, para estimular o crescimento econômico, gerar emprego e promover o bem-estar social. Apesar de que a implementação dessas medidas pelo *New Deal* nos Estados Unidos e pelos governos europeus no pós-guerra, sob o formato do Estado de Bem-Estar Social, tenha reforçado

tomada como um confronto radical de visões, até porque “o progresso que o Brasil alcançou entre 1930 e 1989 deve muito a essa simbiose feita de equilíbrio de longo prazo entre concepções distintas [. . .] Preservou-se a autonomia decisória, na esfera política, e a criação de um núcleo econômico nacional forte com objetivo econômico” (Cervo, 2008, p. 49).

Conforme já foi salientado, no período sob estudo, o Estado brasileiro — da mesma forma que outros países da América Latina — absorveu novas funções que, no plano internacional da ação estatal, e que em termos de gestão e execução, podem ser traduzidas, essencialmente, nas seguintes pautas programáticas mencionadas por Cervo (2008, p. 72):

- a) acionar a diplomacia econômica nas negociações externas;
- b) promover a indústria de modo que satisfaça as demandas da sociedade;
- c) transitar da subserviência à autonomia decisória, com o fim de realizar ganhos recíprocos nas relações internacionais;
- d) implementar projeto nacional de desenvolvimento assertivo, tendo em vista superar desigualdades entre nações;
- e) cimentar o todo pelo nacionalismo econômico, imitando a conduta das grandes potências.

No âmbito da gestão e execução das relações sociais produtivas, tais pautas programáticas se referem ao objetivo do país de contar com autonomia, ou seja, com suficiente liberdade de manobra para projetar e executar seu projeto nacional de desenvolvimento, projeto que, por sua vez, deveria contribuir para combater um sistema internacional articulado em torno das estruturas hegemônicas de poder, e uma divisão internacional do trabalho que impede a industrialização, a geração de conhecimento e de tecnologia, componentes essenciais do ideal desenvolvimentista da época.

Retomando, assim, o argumento exposto na introdução de nosso trabalho, afirmamos que os tradicionais enfoques do pensamento social latino-americano sobre desenvolvimento e autonomia emergem como subsídios teóricos de grande valia para defender a especificidade da dimensão externa da administração política brasileira do período estudado, ou seja, para entender qual fora o modelo que o país adotara para promover o

a doutrina keynesiana, o neoliberalismo, através da Escola Austríaca, representada principalmente por autores como Friedrich von Hayek e Ludwig von Mises, e da Escola de Chicago, constituída em torno de Milton Friedman, não deixou de ganhar espaço, até sua “retomada” na década de 70. Dessa forma, o período de 1945 a 1970 foi caracterizado por uma disputa entre a ofensiva neoliberal e o keynesianismo, disputa que se refletiu na referida divisão quanto ao modelo de desenvolvimento a implementar no Brasil.

desenvolvimento socioeconômico, é necessário levar em consideração seu posicionamento no sistema-mundo, bem como as relações decorrentes de tal posição. O primeiro dos enfoques é produto de uma elaboração doutrinal no âmbito da economia política que evoluiu desde os estudos iniciais da Comissão Econômica para América Latina e o Caribe (Cepal), passando pela teoria do desenvolvimento de Celso Furtado, até os enfoques dependentistas dos anos 1960 e 1970. Já o segundo dos enfoques, o da Teoria da Autonomia, volta-se para a superação da assimetria capitalista pela promoção do desenvolvimento interno e pressupõe a autonomia de decisão, elemento fundamental para projetar e executar um projeto nacional de desenvolvimento para o país.

Nas próximas seções, abordaremos, então, os elementos essenciais de tais vertentes teóricas, mediante uma (re)leitura de seus autores clássicos, que julgamos de grande utilidade para entender as especificidades da dimensão externa da administração política brasileira no período sob estudo. Salientamos, outrossim, que os enfoques escolhidos são coerentes com uma análise do conceito de administração política que deve, necessariamente, estar inserido em uma perspectiva mais ampla da expansão do capitalismo e de hegemonia do pensamento neoliberal, que vem ocorrendo desde o começo do século XX.

A contribuição da economia política

O período da Segunda Guerra Mundial foi positivo para as economias latino-americanas em geral, e para o Brasil em particular, porque, ao mesmo tempo que as beneficiou com um importante aumento das exportações agrícolas, favoreceu a criação de um mercado complementar para suas indústrias em pleno processo de surgimento e de decolagem, capaz de absorver uma produção de grande escala. Apesar disso, a culminância do grande conflito bélico modificou a situação dessas economias fortemente dependentes da demanda externa, e, até o início dos anos 50, já se registravam importantes quedas nas suas taxas de crescimento, provocadas pelo intercâmbio desigual e assimétrico com os Estados Unidos e a Europa, principalmente.

Este panorama interpelou, mais uma vez, os pensadores da região, desafiando as suas capacidades para a busca e a obtenção de possíveis explicações e respostas à urgente demanda de desenvolvimento de seus países.

Dessa forma, com a criação da Cepal em 1948, surgiu uma nova proposta para promover o desenvolvimento dos países latino-americanos, que exerceu grande influência nos anos 50, 60 e início dos anos 70, inclusive. Diante do marco de um novo paradigma modernizador, a Cepal apontou a necessidade de industrializar a América Latina e de expandir e ampliar seus intercâmbios comerciais no âmbito regional.

A proposta fundamentava-se na chamada Escola Estruturalista, da qual Raúl Prebisch foi o principal expoente,⁹ e cujos pressupostos orientaram as principais políticas dos Estados e administrações políticas da América Latina. Prebisch e sua equipe, na qual se encontrava Celso Furtado, imprimiram uma visão heterodoxa e latino-americana à *mainstream* anglo-saxã, sobre o fenômeno de desenvolvimento econômico diferencial entre os países centrais e os da “periferia”. O ponto de partida de seu pensamento consiste na premissa de que a dinâmica dos países em vias de desenvolvimento não pode ser analisada independentemente da sua posição dentro da economia mundial, e que os processos de desenvolvimento desses países são qualitativamente diferentes dos das nações mais avançadas. Sob este marco teórico, não há discussão acerca do paradigma capitalista, e a busca por alternativas é interna a este sistema.¹⁰

No que diz respeito à ideia de que os processos de desenvolvimento dos países em vias de desenvolvimento são qualitativamente diferentes dos das nações mais avançadas, Furtado argumenta que não há “etapas de desenvolvimento” uniformes e que o “desenvolvimento tardio” (ou o “capitalismo periférico”, empregando-se a própria terminologia de Prebisch) tem uma dinâmica diferente do das nações que experimentaram um desenvolvimento mais anterior, transformando-se no “centro” da economia mundial.¹¹ Por trás desta visão subjaz a ideia de um sistema econômico mundial hierarquizado em um esquema “centro-periferia” ou “Norte-Sul”, conforme a terminologia que se generalizou a partir da década de 1970. Esta visão põe a ênfase nas assimetrias que caracterizam a economia mundial

9 Muitas de suas formulações surgiram a partir do colapso do sistema comercial e financeiro internacional durante os anos 30, cuja reestruturação apenas se iniciava nos momentos em que se publicaram seus trabalhos mais influentes (Prebisch, 1949; 1950; [1952] 1973).

10 A partir de meados da década de 60, emergiram as críticas às potencialidades reais deste esquema de pensamento, principalmente por parte dos chamados “teóricos da dependência”, para os quais nem o capitalismo, nem a burguesia nacional, poderiam oferecer algum modo de saída do estado de subdesenvolvimento enquanto processo histórico do capitalismo. Nesta tarefa crítica, cujo objeto se centrava não somente na teoria do desenvolvimento, mas, também, no modo como as ciências sociais eram praticadas na América Latina, destacam-se, como importantes, contribuições de Octavio Ianni, Theotonio dos Santos, André Gunder Frank, Ruy Mauro Marini, Fernando Henrique Cardoso, Aníbal Quijano, dentre outros.

11 Uma visão mais aprofundada destes pontos se encontra em Furtado (1961).

em contraposição àquelas visões que a concebem como um tipo de “jogo de tabuleiro” nivelado.

Essas assimetrias são refletidas, em primeiro lugar, nas estruturas produtivas. Segundo Prebisch, contrastando com a estrutura produtiva da periferia, especializada e heterogênea, a dos centros se caracteriza por ser diversificada e homogênea. Dado que o progresso técnico se origina nos países do centro, que ostentam, além disso, maior capacidade de consumo, esses tendem a concentrar, em cada momento, os setores de produção mais dinâmicos em nível mundial.

Neste trabalho, entendemos que o desenvolvimento não se trata, unicamente, de um processo de acumulação de capital, de maior produtividade de trabalho e de progresso tecnológico, mas também da criação de uma estrutura produtiva (Perroux, 1984). Situando-nos nos países periféricos da América Latina, em primeiro lugar poderíamos observar que as estruturas produtivas destes países se caracterizam por sua desarticulação, ou seja, por estruturas produtivas expostas continuamente a uma espécie de “bloqueios” de desenvolvimento por parte dos países do centro.

A desarticulação das estruturas produtivas é um aspecto que os países latino-americanos conservam e reproduzem desde seu passado colonial, e que nos remete, em essência, a sua forma assimétrica de vinculação com a economia internacional. Nessa linha de raciocínio, embora a periferia tenha nascido sem um sistema produtivo, o conceito de desenvolvimento nesta região abarca as ações tendentes a construir um sistema produtivo suscetível de assegurar, principalmente e por seus próprios meios, a reprodução ampliada do capital e do conhecimento. Nesse sentido, a criação de um sistema produtivo não é algo que possa ser feito automaticamente, a partir de leis de mercado, mas que sim implica um esforço deliberado do Estado (o que inclui o modelo de gestão do projeto de nação) e da sociedade, que são os que impulsionarão a construção dessa base interna de acumulação.

Nesta mesma ordem de ideias, destacamos a contribuição de Ferrer (2007), para quem o desenvolvimento é um processo de transformação da economia e da sociedade que se fundamenta na acumulação em sentido amplo (de capital, conhecimento, tecnologia, etc.). Dessa maneira, um país pode crescer sem se desenvolver, ou seja, sem criar uma organização da economia e da sociedade capaz de mobilizar os processos de acumulação inerentes ao desenvolvimento, chamados pelo autor de “densidade nacional”. Furtado também atribui ao conceito de desenvolvimento a satisfação

das necessidades humanas, da coletividade, que ele chama de “fins substantivos” (Furtado, 1984), reforçando tal aspecto como o indicador principal desse conceito.¹²

Voltando-nos à visão de Prebisch, essas assimetrias que caracterizam o sistema internacional geram uma tendência à especialização dos países industrializados em produtos manufaturados, e os da periferia em matérias-primas, fato esse que se reflete, por sua vez, em uma tendência à divergência nos ritmos de crescimento e na aparição de problemas de balanço de pagamentos, ou seja, em uma “brecha” ou “estrangulamento externo”. Esses problemas são particularmente severos durante os períodos de crise, refletindo a alta vulnerabilidade cíclica dos países em vias de desenvolvimento ante os choques provenientes do centro da economia mundial.

Na visão de Prebisch, a superação das assimetrias básicas do sistema internacional exige não somente uma mudança na estrutura econômica internacional, mas também um esforço por transformar as estruturas dos países periféricos, favorecendo um “desenvolvimento endógeno”, centrado no próprio Estado. A partir daí advém a importância decisiva de “programar” ou “planejar” o desenvolvimento e de desenhar estratégias estatais explícitas voltadas a transformar as estruturas produtivas internas, para eliminar os obstáculos ao desenvolvimento e permitir novas formas de inserção externa, o que constitui, nas palavras de Santos (2009, p. 48), a essência da administração política: “o Estado é gestor porque tem incumbência [. . .] de conceber as formas de gestão mais adequadas no processo de execução do projeto de nação que leve à finalidade do desenvolver social”.

A industrialização foi vista pela Cepal como a principal via de transformação da estrutura produtiva (de difusão do “progresso técnico”), e a substituição das importações como o seu principal instrumento (Tavares, 1975). Em oposição a um sistema de crescimento para fora, Prebisch sustentou que a industrialização permitiria aos países periféricos a incorporação de métodos produtivos mais eficientes, que aumentariam a produtividade do trabalho e possibilitariam a absorção produtiva de mão de obra, e, como consequência disso, o progresso técnico iria sendo difundido. Em outras palavras, tratava-se de saber extrair os elementos propulsores do desenvolvimento, com o fim de acelerar o ritmo de crescimento, ou,

¹² O próprio Guerreiro Ramos (1989), criticando o conceito de desenvolvimento que é produto de uma sociedade centrada no mercado, com predomínio da racionalidade instrumental, enfatizava o papel da dimensão dos valores, da racionalidade substantiva.

conforme as palavras de Devés Valdés (2003, p. 23), de “trocar a defesa «passiva» (ou reativa) anti-imperialista por uma defesa «ativa» que parece criar uma indústria” (tradução nossa).

Por outro lado, as possíveis ineficiências da substituição das importações, particularmente em mercados altamente fragmentados, assim como a necessidade de evitar que a industrialização se fizesse à custa da agricultura ou do desenvolvimento exportador, foram evidentes para Prebisch desde seus primeiros escritos na Cepal (Prebisch, 1949). Por este motivo, desde o fim dos anos 50, Prebisch e a Cepal passaram a defender um “modelo misto”, que combinava a substituição de importações com a promoção de novas exportações, especialmente de origem industrial.

No marco desta estratégia mista de desenvolvimento, a alternativa de configurar um processo de integração econômica no continente foi vista, desde o começo da década de 50, como um elemento crucial para racionalizar os custos da substituição das importações, associados tanto à ausência de competição quanto à ineficiência que era derivada da escala das plantas industriais (Cepal, 1959). Neste esquema de pensamento, a integração regional se apresentava como a forma de ampliar os espaços dentro dos quais tinha lugar o desenvolvimento endógeno e, com vistas a torná-lo mais eficiente, incentivar o comércio recíproco e a complementação industrial. A integração econômica dos países latino-americanos podia contribuir, assim, para o desenvolvimento interno por vários meios complementares, permitindo o prosseguimento do processo de substituição de importações sobre bases mais econômicas; possibilitando o aumento e a diversificação das exportações; e aumentando o poder de negociação externa dos países da região (Tavares, 1975; Gomes, 1998).

Nesta ordem de ideias, a integração econômica na América Latina emergia como uma ação política que tendia a tornar progressivamente compatíveis as políticas e os planos de diversos Estados, com vistas a lograr o objetivo comum de aumentar ao máximo o crescimento econômico do conjunto, ou seja, criar uma situação ou obter uma conjuntura que tornasse factível a plena utilização dos recursos existentes, juntamente com a potencial capacidade de crescimento das economias de cada um dos países participantes.

De fato, Furtado (1967, p. 254) definiu a “política de integração” como uma “forma avançada de política de desenvolvimento”, e, nesse sentido, considerou que longe de ser uma simples questão de liberalização

de comércio, o verdadeiro problema consistia em promover a criação progressiva de um sistema econômico regional (Furtado, 1978, p. 267). A sofisticada definição de Furtado reflete, em definitivo, que seria necessária uma ação política para realizar a integração promotora do desenvolvimento dos Estados, o que a economia por si só não poderia conseguir.

Concluindo, sob esta perspectiva, a industrialização aparecia como a fórmula adequada para modificar a inserção da América Latina em geral, e do Brasil em particular, na divisão internacional do trabalho, bem como para reverter a tendência declinante de seus termos de intercâmbio, ao mesmo tempo que permitiria incorporar os avanços tecnológicos, absorver produtivamente a força de trabalho excedente no campo, aumentar a produtividade da economia, acelerar o crescimento econômico e melhorar a distribuição de renda. Considerando-se as condições prevaletentes desta época, esse processo de industrialização não poderia ser espontâneo ou automático, mas sim deveria ser orientado e impulsionado pelo Estado e, além disso, deveria ser substitutivo e protegido. Em suma, o desenvolvimento, representado pelo fortalecimento da indústria nacional e do mercado interno, bem como a inserção internacional do Brasil no capitalismo mundial, representam linhas de ação do pensamento cepalino que dão conteúdo e valor à dimensão externa do conceito de administração política aplicado à realidade brasileira no período estudado.

A contribuição da ciência política

Na seção anterior, resgatamos o modo como uma parte da tradição do pensamento latino-americano concebeu o “estado de periferismo” dos países da América Latina, contribuindo, assim, para criar mecanismos para o seu desenvolvimento pela via da industrialização. Nessa mesma linha, conforme já foi por nós estudado em Granato (2015), uma das questões sobre as quais os países latino-americanos tem-se interrogado tradicionalmente diz respeito às condições e possibilidades para desenhar seus modelos de gestão e conduzir seu acionamento externo de modo autônomo, ou seja, em resposta a seus interesses nacionais e livre dos constrangimentos impostos pelos países centrais, reduzindo a vulnerabilidade e a dependência externa. Essas questões, que constituíram o centro de uma prolífica produção intelectual nos anos 70 e em parte dos anos 80, guiaram nossas reflexões na presente seção.

Ainda que, conforme vimos, a discussão já se mostrava instalada desde a década de 50, por meio da Escola Estruturalista no âmbito da economia política, foram esses os anos que se caracterizaram por um debate voltado para a autonomia enquanto conceito político (de modo que o diferencie de soberania como conceito jurídico).¹³ Tal como expressou Colacrai (2009, p. 35), ainda que possamos encontrar, nesse contexto histórico, as bases originárias da Teoria da Autonomia, tais postulações não constituem uma mera revisão histórica, visto que grande parte das discussões que aí se estabeleciam ainda não foram esgotadas, e continuam paucando o debate acadêmico latino-americano.

Ainda que não de forma pacífica, a busca pela autonomia foi o objetivo central que orientou a ação externa da maioria dos Estados latino-americanos, incluindo o Brasil, até os anos 80.¹⁴ Particularmente no contexto sul-americano, sobretudo a partir do pós-Segunda Guerra, as reflexões no âmbito da ciência política estiveram motivadas pela finalidade de desarticular, ou pelo menos pôr em discussão, aqueles princípios realistas clássicos que atribuíam aos países mais frágeis a posição de unidades dependentes no sistema internacional, bem como pela busca do desenvolvimento, a partir do desenho e implementação de planos e políticas, contextualizadas em um determinado modelo de gestão de intervenção do Estado na economia, que contribuam para tal fim. Com relação ao caso do Brasil em particular, é importante reforçar o que já foi mencionado: durante o período sob estudo, o ideário desenvolvimentista foi amplamente adotado, todavia não foi assim com a questão da autonomia, devido aos dirigentes e intelectuais que se dividiram entre um desenvolvimento associado às forças externas do capitalismo, de estreitos vínculos com a potência hegemônica, e um desenvolvimento autônomo, tocado essencialmente pelas forças da nação (Cervo, 2008; Visentini, 2003; Bandeira, 2010).

¹³ A polissemia deste conceito emana da diversidade de enfoques teóricos para caracterizá-lo, ainda que haja um aspecto que una todos os autores: a autonomia se define como um conceito essencialmente político. Neste sentido, é crucial diferenciar este termo do conceito de soberania, que é eminentemente jurídico. É possível que um Estado soberano perca sua autonomia ao mesmo tempo que mantenha a sua soberania. Dessa forma, empregaremos o conceito de autonomia, oposto ao de heteronomia (isto é, a obediência às normas e valores definidos por outros), no sentido de interesse nacional objetivo, e o termo soberania em sua acepção de direito internacional público (mútuo reconhecimento e igualdade jurídica dos Estados), que antecede a prática de autonomia.

¹⁴ No caso brasileiro, no início da década de 60, a diplomacia do país inaugurou a chamada “Política Externa Independente”. Essa política, que teve lugar sob as presidências de Quadros e Goulart, e cuja formulação a literatura em geral atribui ao então ministro Francisco San Tiago Dantas, tinha o propósito de transformar a atuação internacional do Brasil, “distanciando” o país dos dois polos de poder da Guerra Fria, de modo que alcançasse certo grau de autonomia e de atuação. Esses mesmos princípios foram recuperados na segunda metade dos anos 1970, quando então se praticou a política denominada “Pragmatismo Responsável”, e balizaram a política externa do país até o fim dos anos 80 (Visentini, 2003).

Nesse contexto de disputa, surge, assim, a já mencionada Teoria da Autonomia, liderada fundamentalmente por Juan Carlos Puig, na Argentina, e Hélio Jaguaribe, no Brasil, cujos alicerces teóricos permitiram desenvolver diversas análises sobre a situação latino-americana no contexto mundial, sobre a assimetria existente na relação da América Latina com os Estados Unidos, bem como sobre a necessidade de ponderar o contexto regional como parte da estratégia que deveria ser levada adiante pelos Estados latino-americanos, visando ao desenvolvimento e à inserção internacional (Bernal-Meza, 2015). Estes autores, também chamados de “realistas da periferia”, tiveram um vínculo intelectual com Raúl Prebisch, particularmente no que se refere ao rechaço ao *statu quo* mundial, ao respaldo a políticas ativas de industrialização e à promoção de propostas de ação multilateral para reverter a situação periférica dos países latino-americanos e descartar um “periferismo permanente”, como consequência, em termos de Castro (1972), do “congelamento do poder mundial”.

Ao definir autonomia como a “máxima capacidade de decisão levando em consideração os condicionamentos do mundo real”, Puig (1980, p. 148, tradução nossa) acreditava que as únicas opções para as nações periféricas não seriam meramente as de alinhamento com as potências, reconhecendo a possibilidade de que os países latino-americanos pudessem neutralizar o acionar hegemônico de países terceiros. Conforme os preceitos formulados por Puig (1980), para alcançar a autonomia, os Estados periféricos precisam de “viabilidade”, ou seja, de recursos mínimos e de elites comprometidas com o processo de autonomização, e, nesse contexto, da mesma forma que a integração econômica regional para os desenvolvimentistas, somente a real união dos dominados permitiria a máxima acumulação possível de poder real para sustentar um projeto de liberação (O'Donnell & Link, 1973).

Por sua vez, Jaguaribe (1968; 1973; 1979) formulou suas discussões teóricas em torno do conceito de autonomia a partir da análise dos problemas estruturais que, a seu entender, acometiam a América Latina desde o fim da década de 50. Destes problemas, destacam-se o estancamento econômico, político, social e cultural da região; o *status* marginal ante os países mais desenvolvidos do centro; a desnacionalização dos setores estratégicos da economia; a desnacionalização cultural, mediante o estabelecimento de uma dependência científico-tecnológica com caráter crescente e cumulativo com relação aos países mais avançados; a desnacionalização

político-militar, mediante o crescente controle dos países latino-americanos, efetuados por dispositivos político-militares cuja concepção de mundo e interesses corporativos se baseavam em uma liderança hegemônica dos Estados Unidos.

Nas palavras do autor brasileiro, descartadas as “alternativas” (assim chamadas pelo autor) de “dependência” e “revolução”, a América Latina deveria alcançar relativa estabilidade pela via da “autonomia”. Nesse contexto foi concebido o chamado “modelo autônomo de desenvolvimento e integração da América Latina”, que articularia o conceito de autonomia com os conceitos de desenvolvimento e integração regional, através da formação de um grande fundo de recursos humanos, tecnológicos, naturais e financeiros, que permitam à região alcançar, em grande escala e elevada produtividade, os níveis mais avançados de industrialização e os correspondentes níveis de desenvolvimento cultural, social e político. Destarte, um desenvolvimento autônomo e, além disso, um movimento autônomo de integração da América Latina consistiria, em ambos os casos, em processos cujas decisões relevantes seriam tomadas por autores e agências latino-americanas, baseadas em seus próprios interesses, conforme a sua própria perspectiva e mediante suas livres decisões (Jaguaribe, 1973).

Nessa ordem de ideias, a ação externa do Estado se constitui a partir de uma equação de otimização dos principais interesses de um país, levando-se em conta suas condições internas e externas e os meios de ação de que dispõe. O autor brasileiro põe especial ênfase sobre a necessidade de mobilizar recursos de poder em um marco de “permissividade internacional” (este conceito faz referência ao país que dispõe de condições de neutralizar o risco proveniente de países terceiros, dotados de suficiente capacidade para sobre ele exercer formas eficazes de coação), tendo em conta aspectos internos como a “viabilidade nacional” e o necessário compromisso das elites para levar adiante projetos “autonomizantes” (coesão interna). Segundo Jaguaribe (1979), o conceito de viabilidade nacional está determinado fundamentalmente pela relação existente entre os recursos humanos e naturais de que dispõe uma nação em um dado momento, bem como pelo nível da tecnologia e pelo grau de integração sociocultural do país, existentes neste mesmo momento. Portanto, é aqui onde o objeto da administração política se manifesta de forma explícita, cabendo ao Estado comandar o processo estratégico de consolidação da autonomia necessária para viabilizar o projeto de desenvolvimento nacional.

Concluindo, assim, com os aportes da vertente autonomista da ciência política, salientamos que, conforme esta visão, nenhum país periférico, incluído o Brasil, poderá modificar sua situação de dependência sem desenvolvimento interno, nem autonomia nas decisões nacionais para estabelecer seu próprio projeto de desenvolvimento nacional e modelo de gestão (administração política). A estratégia de integração e da mobilização e do compartilhamento de seus recursos de poder com outros países com semelhantes aspirações, poderá contribuir com a busca permanente de alternativas de inserção internacional não subordinada à potência hegemônica.

À guisa de conclusão

Através do presente trabalho, acreditamos ter contribuído para pensar uma leitura da dimensão externa ou internacional do conceito de administração política, a partir da sua aplicação ao caso brasileiro no período 1930-1989. Conforme foi por nós estudado, a dimensão externada administração política brasileira encontrou expressão em um conjunto de especificidades que, essencialmente, identificamos com as pretensões de desenvolvimento interno e de autonomia sob condução estatal, no desenho do modelo de gestão e de inserção na esfera internacional.

Ao identificarmos tais pretensões, estabelecemos um diálogo entre a vertente desenvolvimentista da economia política (representada pelos aportes da Cepal) e a vertente autonomista da ciência política (representada pelos aportes da Teoria da Autonomia). O referido diálogo mostrou-se fundamental para a compreensão dos grandes conceitos de desenvolvimento e de autonomia que marcaram a dimensão externa da administração política brasileira, no período estudado. Os referidos objetivos de desenvolvimento e de autonomia fazem parte, em definitivo, da realidade brasileira, latino-americana e periférica, e de uma utopia que deveria guiar a ação de gerir as relações sociais no processo de execução do projeto de nação.

Referências

BANDEIRA, Luiz A. Moniz. *Brasil, Argentina e Estados Unidos: conflito e integração na América do Sul (da Tríplice Aliança ao Mercosul)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

- BERNAL-MEZA, Raúl. La doctrina de la autonomía: realismo y propósitos. Suvigencia. In: Briceño Ruiz, J. & Simonoff, A. (eds.) *Integración y cooperación regional en América Latina: Una relectura a partir de la teoría de la autonomía*. Buenos Aires: Biblos, 2015, pp. 95-120.
- CASTRO, João A. de Araújo. O congelamento do poder mundial. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, Belo Horizonte, n.º 33, pp. 7-30, jan. 1972.
- CERVO, Amado. *Inserção internacional: formação dos conceitos brasileiros*. São Paulo: Saraiva, 2008.
- COLACRAI, Miryam. Los aportes de la Teoría de la Autonomía, genuina contribución sudamericana. ¿La autonomía es hoy una categoría en desuso o se enfrenta al desafío de una renovación en un contexto interdependiente y más complejo? In: Lechini, G.; Klagsbrunn, V. & Gonçalves, W. (orgs.). *Argentina e Brasil: vencendo os preconceitos – as várias arestas de uma concepção estratégica*. Rio de Janeiro: Revan, 2009, pp. 33-49.
- COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE (CEPAL). *El mercado común latinoamericano*. Santiago de Chile: Naciones Unidas, 1959.
- DEVÉS VALDÉS, Eduardo. *El pensamiento latinoamericano en el siglo XX. Desde la CEPAL al neoliberalismo (1950-1990)*. Buenos Aires: Biblos, 2003.
- FERRER, Aldo. Globalización, desarrollo y densidad nacional. In: Vidal, G. & Guillén R. A. (coords.) *Repensar la teoría del desarrollo en un contexto de globalización*. Homenaje a Celso Furtado. Buenos Aires: Clacso, 2007, pp. 431-7.
- FIORI, José Luis. *O poder global e a nova geopolíticas das nações*. São Paulo: Boitempo, 2007.
- FONSECA, Pedro Cezar Dutra. Desenvolvimentismo: a construção do conceito. *Texto para discussão / Ipea*, n.º 2103. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2015.
- FURTADO, Celso. *Desenvolvimento e subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.
- FURTADO, Celso. *A economia latino-americana: formação histórica e problemas contemporâneos*. São Paulo: Nacional, 1978.
- FURTADO, Celso. *Cultura e desenvolvimento em época de crise*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

- FURTADO, Celso. *Teoria e política do desenvolvimento econômico*. São Paulo: Nacional, 1967.
- GUERREIRO RAMOS, Alberto. *A nova ciência das organizações: uma reconceitualização da riqueza das nações*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1989.
- GUERREIRO RAMOS, Alberto. *Administração e contexto brasileiro: esboço de uma teoria geral da administração*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, [1966] 1983.
- GRANATO, Leonardo. *Brasil, Argentina e os rumos da integração: o Mercosul e a Unasul*. Curitiba: Appris, 2015.
- GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. *Quinhentos anos de periferia. Uma contribuição ao estudo da política internacional*. Porto Alegre-Rio de Janeiro: Editora UFRGS-Contraponto, 2002.
- JAGUARIBE, Helio. Autonomía periférica y hegemonía céntrica. *Estudios Internacionales*, Santiago de Chile, n.º 49, pp. 91-130, abr.-jun. 1979.
- JAGUARIBE, Helio. Dependencia y autonomía en América Latina. In: Jaguaribe, H.; Ferrer, A.; Wionczek, M. S. & Santos, T. dos. *La dependencia político-económica de América Latina*. Buenos Aires: Siglo XXI Editores, 1973, pp. 1-85.
- JAGUARIBE, Helio. *Desarrollo económico y desarrollo político*. Buenos Aires: Eudeba, 1968.
- O'DONNELL, Guillermo & Link, Delfina. *Dependencia y autonomía*. Buenos Aires: Amorrortu Editores, 1973.
- PERROUX, François. *El desarrollo y la nueva concepción de la dinámica económica*. Barcelona: Serbal-Unesco, 1984.
- PREBISCH, Raúl. Crecimiento, desequilibrio y disparidades: interpretación del proceso de desarrollo. In: ONU – CEPAL. *Estudio Económico de América Latina 1949*. Nova York: Naciones Unidas, 1950. Disponível em <<http://www.prebisch.cepal.org>>. Acesso em 4-6-2013.
- PREBISCH, Raúl. El desarrollo económico de América Latina y sus principales problemas. In: ONU – CEPAL. *Estudio Económico de América Latina 1948*. Nova York: Naciones Unidas, 1949. Disponível em <<http://www.prebisch.cepal.org>>. Acesso em 4-6-2013.
- PREBISCH, Raúl. *Problemas teóricos y prácticos del crecimiento económico*. Santiago de Chile: Cepal, [1952] 1973.
- PUIG, Juan Carlos. *Doctrinas internacionales y autonomía latinoamericana*.

Caracas: Instituto de Altos Estudios de América Latina: Universidad Simón Bolívar, 1980.

RIBEIRO, Elizabeth Matos. Revisitando o conceito de Administração Política. In: Santos, R. S. (org.) *A Administração Política como campo de conhecimento*. Salvador: FEA/Ufba: São Paulo: Hucitec-Mandacaru, 2009, pp. 95-109.

SANTOS, Reginaldo Souza. Em busca da apreensão de um conceito para a Administração Política. In: Santos, R. S. (org.) *A Administração Política como campo de conhecimento*. Salvador: FEA/Ufba: São Paulo: Hucitec-Mandacaru, 2009, pp. 23-61.

SANTOS, Reginaldo Souza. Em busca da apreensão de um conceito para a Administração Política. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, vol. 35, n.º 5, pp. 49-77, set.-out. 2001.

SANTOS, Reginaldo Souza & Ribeiro, Elizabeth Matos. A Administração Política brasileira. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, vol. 27, n.º 4, pp. 102-35, out.-dez. 1993.

SANTOS, Reginaldo Souza; Ribeiro, Elizabeth Matos & Santos, Thiago Chagas Silva. Bases teórico-metodológicas da Administração Política. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, vol. 43, n.º 4, pp. 919-41, jul.-ago. 2009.

TAVARES, Maria da Conceição. *Da substituição de importações ao capitalismo financeiro*. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

TAVARES, Maria da Conceição & Gomes, Gerson. La Cepal y la integración económica de América Latina. *Revista de la CEPAL*, Santiago de Chile, n.º extraordinário, pp. 213-28, out. 1998.

VISENTINI, Paulo G. Fagundes. *Relações internacionais do Brasil: de Vargas à Lula*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.
